CAPÍTULO 25

AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: VÍTIMAS OCULTAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

[DOI 10.4322/978-65-995353-2-1.c25](https://doi.org/10.4322/978-65-995353-2-1.c25)

Carmem Letícia dos Santos¹

¹Graduada em Serviço Social / Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA (carmemleticiass01@gmail.com);

Resumo

A Covid-19 se tornou um grave problema de saúde pública, impactando milhões de pessoas no mundo. Algumas consequências são bem visíveis no que diz respeito aos sintomas e as manifestações da doença, entretanto, o vírus têm afetado grupos de indivíduos que inicialmente não eram considerados de risco como as crianças e os adolescentes, pois além das consequências clínicas da doença esses sujeitos vivenciaram um lado oculto da pandemia relacionado ao aumento e ao surgimento das violações de direitos. **Objetivo:** Esse estudo evidenciou como ocorreram as violações dos direitos das crianças e dos adolescentes considerados vítimas ocultas durante a pandemia da Covid-19. **Método:** Foi utilizada a pesquisa bibliográfica onde o estudo permitiu o levantamento da problemática do que foi proposto analisar, através de pesquisas que já foram abordadas para a construção de novos conceitos, ampliando o tema para novas discussões e conclusões. **Resultados e Discussões:** Os estudos evidenciaram que as crianças e os adolescentes foram afetados não apenas pelas consequências clínicas da doença, mas, sobretudo, pelas violações de direitos, sendo afetados na renda/sustento, questão socioeconômica devido ao desemprego de seus familiares, (in) segurança alimentar, acesso à educação, exposição ao trabalho infantil, abuso, violência sexual, física e psicológica, dentre outros. Uma realidade que revelou na verdade o que muitas crianças e adolescentes já vivenciavam antes da pandemia. **Considerações Finais:** Com isso, a realidade desses sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco já demandavam estratégias de proteção integral, sobretudo, nesse período de crise, tendo-os que serem considerados prioridade na execução da intersetorialidade das políticas públicas como responsabilidade do Estado.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Surto; Manifestações clínicas da doença; Desproteção; Sujeitos de direitos.

Área Temática: Ciências Sociais Aplicadas

E-mail do autor principal: carmemleticiass01@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em 2020, nos deparamos com uma grave doença causada por uma síndrome respiratória aguda manifestado pelo vírus da Covid-19 (SARS-COV-2). Sendo transmitido pelo espirro, tosse, gotículas de saliva, aperto de mão, beijos, abraços e contato com superfícies contaminadas. Um vírus altamente contagioso, que por sua dimensão se tornou uma questão de saúde pública, demandando intervenções de prevenção e contenção de sua propagação (FIOCRUZ, 2020).

As suas manifestações clínicas mais conhecidas são: febre, tosse, diarreia, dificuldade de respirar ou falta de ar, perda do paladar ou olfato e outros, indo de manifestações mais leves, moderados, graves e críticos, como internação em unidades de terapia intensiva (XAVIER *et al*; 2020). Por ser considerado um vírus contagioso, foi necessário estabelecer algumas medidas de prevenção e de propagação, assim foram determinados: uso de máscara, isolamento, distanciamento, uso de álcool em gel, lavar as mãos com água e sabão, contudo, à medida que o vírus foi se manifestando e aumentando o nível de contaminação, outras medidas foram instituídas como o fechamento de alguns estabelecimentos, como escolas, comércio, clubes, bares, restaurantes, universidades e outros, mantendo apenas o funcionamento dos serviços essenciais (FIOCRUZ, 2020).

Essas medidas causaram efeitos na população, no que diz respeito a manutenção dos serviços essenciais, afetando os serviços de proteção de combate as violações de direitos que vieram a ocorrer nesse período, sendo então necessário estratégias de como todos passariam por esse período de crise. Inicialmente, alguns grupos seriam os mais afetados pelo vírus, como as pessoas idosas, pessoas com comorbidades, entretanto, hoje se percebe que qualquer pessoa independente da idade pode ser afetada gravemente pela doença. Com o agravamento da doença e dos efeitos das restrições dos serviços ofertados essas medidas chegaram a atingir as crianças e os adolescentes (FIOCRUZ, 2020).

Com isso, a covid-19 se tornou um grave problema de saúde pública, impactando milhões de pessoas no mundo. Algumas consequências são bem visíveis no que diz respeito aos sintomas e manifestações da doença, entretanto, essa realidade têm se expressado em grupos de indivíduos que inicialmente não eram considerados de risco como as crianças e os adolescentes, que além das consequências clínicas da doença esses sujeitos vivenciaram um lado oculto da pandemia relacionado ao aumento e o surgimento das violações de direitos. (UNICEF, 2020).

Pois durante a crise os mais vulneráveis são os que mais sofreram, em destaque aqui as

crianças e os adolescentes. As violações que surgiram e outras que se acentuaram nesse período foram: não acesso a educação, impacto na renda das famílias de crianças e adolescentes, alimentação, aumento da violência sexual, trabalho infantil, pobreza e desigualdade, dentre outros. O título do trabalho na verdade chama a atenção para um olhar mais específico para essas violações de direitos que afetaram as crianças e os adolescentes (UNICEF, 2020). Por essa razão, se justifica expor essa realidade que revela o que muitas crianças e adolescentes já vivenciavam antes da pandemia, sendo vítimas da desproteção e das violações de garantia de direitos.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura que permitiu analisar as pesquisas já existentes, na qual se deu através da pesquisa bibliográfica. Uma das vantagens da pesquisa bibliográfica abordada por Lima; Mioto (2007) no procedimento metodológico é a capacidade em da relevância a estudos poucos discutidos e explorados, servindo como auxílio para pesquisas futuras.

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica apresenta as contribuições dos autores com bases fundamentadas, permitindo uma construção de idéias e discussões sobre determinada temática. Com isso esse método permitiu o levantamento da problemática do que foi proposto analisar, através de pesquisas que já foram abordadas para a construção de novos conceitos, ampliando o tema para novas discussões e conclusões.

Sendo que as buscas de dados ocorreram por meio do Scielo, Google acadêmico em busca de artigos científicos, dados estatísticos, leis, documentos e livros eletrônicos (e-book). Os artigos e documentos foram selecionados primeiramente por título, posteriormente por resumo, e por fim, por leitura completa. Após encontrar as pesquisas mais relevantes foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão.

Sendo incluídos os trabalhos completos, artigos originais, que apresentavam textos de maneira clara, com acesso livre, publicados recentemente, preferencialmente nos últimos 05 anos e que abordavam contundência sobre o problema da pesquisa. Sendo excluídos artigos duplicados, livros, teses e publicações que não apresentavam relação com o tema e que não estivessem em português. Para a construção foram escolhidos 13 documentos e artigos e os demais se deram como bases de leituras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Enquanto a pandemia evidenciou as consequências do vírus, existiu um lado oculto que se revelou durante esse surto. Tais medidas trouxeram efeitos sobre a vida da população, sobretudo, daqueles sujeitos que já se encontravam em situação de vulnerabilidade e desigualdade como as crianças e os adolescentes e que se agravaram mais ainda durante a pandemia, revelando violações de direitos e a desproteção que já existiam a esses sujeitos. Com o avanço da doença as crianças e os adolescentes também foram afetados pelo vírus, o que exige intervenções de saúde e de cuidado a esses sujeitos, como o acesso básico a água, sabão e outros kits de higiene que permitisse a prevenção ao vírus (FIOCRUZ, 2020).

Segundo a Fiocruz (2020) a covid-19 tem impactado a saúde das crianças e dos adolescentes de forma direta e indireta. Os efeitos diretos correspondem aos efeitos clínicos da doença como: febre, tosse, vômito, diarreia, perda do olfato e do paladar, problemas respiratórios, mialgia, dor abdominal, dentre outros, já as indiretas são: prejuízo no ensino, socialização, afastamento do convívio com os amigos, sintomas de depressão e ansiedade, exagero no uso da internet, aumento da fome, violência e impactos socioeconômicos nas suas famílias.

Entretanto, a pandemia nos mostrou um cenário para além dos efeitos clínicos da doença, como as violações dos direitos vivenciado pelas crianças e os adolescentes durante essa crise. Uma pesquisa realizada pelo Ibope para o Unicef (2020) “Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes” traz alguns pontos onde esses sujeitos e suas famílias mais foram afetados durante a pandemia, como os impactos na renda familiar, (in) segurança alimentar e nutricional e o direito a educação. Indicativos que serão expostos como perspectiva de discussão no contexto atual vivenciado por esses sujeitos.

De acordo com a pesquisa houve uma diminuição de pessoas trabalhando na pandemia, 55% relataram que o rendimento nos seus domicílios diminuiu desde o início da pandemia, afetando cerca de 86 milhões de brasileiros. As famílias com crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, chegou a proporção de 63%, sendo isso gerado pelo desemprego de algum membro da família, redução de salário, redução das horas de trabalho, dentre outros, necessitando de acesso a outras fontes de renda como algum Benefício do Governo Federal, Estadual e Municipal, assim como o Bolsa família, Doação de alimentos, Aposentadoria e Pensão, Seguro desemprego e Benefício de prestação continuada – BPC (UNICEF, 2020).

Essas circunstâncias geradas pela pandemia põem em risco a proteção das famílias aos

seus membros (FIOCURZ, 2020). Consequentemente, isso afetou o consumo alimentar, dando prioridade a alimentos industrializados em maior quantidade como macarrão, biscoito recheado, alimentos enlatados, refrigerantes e bebidas açucaradas, dentre outros. Segundo a pesquisa 49% relataram ter mudado seus hábitos alimentares e entre as famílias que residiam com crianças e adolescentes o percentual chegou até 58%, isso ocorrendo desde o início da pandemia. Outro grupo que residiu com crianças ou adolescentes no percentual de 6% mencionaram que deixaram de comer, pois não havia dinheiro para comprar comida (UNICEF, 2020). Esses dados revelam na verdade uma insegurança alimentar, por não saber como seria a alimentação do dia seguinte, ou durante o mês, ou até mesmo quando se perdurasse a pandemia.

Ainda sobre a pesquisa outro impacto que afetou as condições de vida das crianças e dos adolescentes durante a pandemia foi o acesso a educação, porém, segundo a pesquisa mesmo com toda fragilidade de ensino 91% das famílias que residiam com as crianças e os adolescentes de 04 a 17 anos, afirmaram que eles continuaram realizando as atividades escolares mesmo na pandemia. Sendo que 63% receberam atividades em 05 dias da semana anterior ao estudo; outros 73% declararam que tiveram ajuda de alguém de casa (UNICEF, 2020). Porém, essa realidade demonstrou um contraste, pois muitos dessas crianças durante o fechamento da escola não tiveram acesso a alimentação escolar, afetando seu aprendizado e potencial, pois muito desses sujeitos dependiam da alimentação oferecida pela escola (UNICEF, 2020).

Contudo, essa pesquisa não se aplicou a toda realidade brasileira, o cenário da pandemia revelou que em novembro de 2020, no final do ano letivo, 5.075.294 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades, representando cerca de 13,9% dessa população. Essa realidade só aumentou a exclusão escolar, as crianças de 06 a 10 anos que vivem na região Norte e Nordeste foram as mais afetadas na pandemia (UNICEF, 2021). Esse lado evidenciado pela pandemia exige estratégias de como enfrentar a exclusão escolar, como garantia de acesso aos direitos a educação.

Tais estratégias que podem prevenir o aumento da exclusão escolar durante a pandemia pode ser realizado através da busca ativa, entrando em contato com as famílias das crianças e dos adolescentes com a finalidade de entender os desafios e as possibilidades de acesso a educação; comunicação comunitária, através da organização de campanhas públicas para a realização de matrículas; garantia de acesso à internet como investimento em política de conectividade para estudantes e professores; mobilização das escolas para que todos estejam envolvidos para evitar a redução do abandono e o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, que envolve a intersetorialidade das políticas públicas (UNICEF, 2021).

Os dados retratados pelo Relatório dos direitos humanos de 2019 revelaram outras violações de direitos cometidos contra crianças e adolescentes. Ressaltamos que esses dados evidenciaram que essas violações de direitos já ocorriam antes da pandemia, sendo as mais cometidas contra as crianças e os adolescentes como a negligência, violência psicológica, violência física, violência patrimonial, violência sexual e violência institucional (RELATÓRIO, 2019).

Em 2019, o disque 100 registrou cerca de 86.837, denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes, sendo um aumento de 14% comparado ao ano de 2018. Tanto em 2018 como em 2019, a negligência se apresentou como a violação de direito mais cometida contra crianças e adolescentes, em 2018 sendo (21,23%) e em 2019 (38%). Uma outra violação que surgiu através das denúncias em 2019 foi a exploração do trabalho representando cerca de 3%, mesmo em menor percentual essa violação cresceu durante a pandemia (RELATÓRIO, 2019).

As violações de direito como a violência física, sexual e psicológica se intensificou nesse período de pandemia. Vidal; Miranda (2020, p.129) afirmam que as “crianças e adolescentes, submetidos a um confinamento domiciliar, estão sob risco ainda maior de sofrer violência física, sexual e psicológica, tendo em vista que é no próprio ambiente familiar onde ocorre a maior parte das violências contra crianças e adolescentes”. Corroborando, Queiroz (2020) ressalta que o ambiente familiar que se mostra como um espaço seguro, nesse período é onde têm ocorrido os maiores índices de violência e reafirma que tais violências já ocorriam bem antes da pandemia. O Relatório dos direitos humanos de 2019 destacou que os maiores índices de violência ocorreram na casa da vítima sendo representado por 52%, praticada pela mãe, pelo pai, padastro e tio (RELATÓRIO, 2019).

Esses dados revelaram um cenário de violação de direitos dos responsáveis as crianças e os adolescentes. Em um contexto de legislação onde os pais devem zelar e garantir a proteção da vida das crianças e dos adolescentes, quando ocorrem as violações é necessário a denúncia aos órgãos competentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no seu artigo 5º declara que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

Conforme a Unicef (2020) a medida que foram estabelecidos o fechamento de escolas, e os serviços essenciais foram suspensos, tornando o movimento restrito, as crianças estariam em risco e mais expostas a situações de violações como o aumento do trabalho infantil, abuso, negligência, exploração e violência. Neto (2020, p.16) detalha que “o termo trabalho infantil

compreende a realização de atividades pela criança e adolescente com idade inferior aos dezesesseis anos, visando à obtenção de ganho para prover o sustento próprio e/ou da família, e também a realização de atividades não remuneradas”.

Essa realidade se agravou na pandemia, como meio de complemento a renda da família, ou até mesmo como o único meio provedor de sustento para a família desses sujeitos, que na verdade revelou as estratégias de sobrevivência das famílias para atender as necessidades mais básicas dos seus membros. A Unicef (2020) releva que tais violações são decorrente da pobreza, causando desafios as famílias e aos seus membros no enfrentamento a pandemia, tendo dificuldade em atender as medidas de contenção e de isolamento aumentando então o risco a exposição e infecções do vírus.

A pobreza não se refere apenas à falta de renda, mas se agrava também pelo não acesso aos direitos fundamentais, como a educação, não acesso a informação e a internet, situação de trabalho infantil, moradia inadequada, não acesso a água e saneamento básico, essas condições de agravamento da pobreza são consideradas como privações e violações de direitos (UNICEF, 2018). Essa realidade vivenciada por muitas crianças e adolescentes quer seja antes ou durante a pandemia vai de encontro ao Estatuto da criança e do adolescente, que preza pela proteção integral desses sujeitos (BRASIL, 1990).

Os locais de ocorrências dos meios de sustento acontecem nas áreas rurais: agricultura e pecuária; trabalho autônomo: vendedor ambulante, flanelinha; em áreas públicas urbanas: feiras livres, ruas, avenidas, sinais de trânsito e lixões, assim, como nos ambientes domésticos, sendo este último um dos mais incentivados pela família. O trabalho infantil não se configura como caráter educativo, na verdade, é uma reprodução da exploração, em que muitos chegam até a fase adulta (NETO, 2020). O trabalho só é permitido aos adolescentes na condição de aprendiz, qualquer outra atividade realizada sem essa condição é considerado violação de direito e desproteção aos direitos (BRASIL, 1990).

Ainda recorrendo a Neto (2020) o autor revela que essa condição de situação de trabalho infantil pode levar a gravidade da situação para atividades criminosas, exemplo do tráfico de drogas e pornografia de crianças e adolescentes. Durante a pandemia a exploração sexual tem se revelado nesse período através da internet, facilitando a prática de crimes, ocorrendo por meio de fotos e vídeos, onde essas nomenclaturas são classificadas como “pornografia infantil”. O uso da internet aumentou nesse período de pandemia, exigindo o acompanhamento dos responsáveis, afim de que crianças e adolescentes não fiquem expostos a conteúdos e plataformas digitais que intensificasse a exploração sexual (QUEIROZ, 2020).

Essas violações expostas até aqui, revelou um contexto que na verdade não é tão oculta

assim e que a título de discussão nos leva a perceber o quão desastrosa foi a pandemia para todos, sobretudo, para sujeitos que já se encontravam em situação de vulnerabilidade como as crianças e os adolescentes.

4 CONCLUSÕES

Com a chegada da pandemia a vulnerabilidade de muitos sujeitos se intensificou chegando ao agravamento da pobreza e da desigualdade, causando o aumento das violações de direitos assim como o surgimento de outras violações. Mas do que se prevenir do vírus, as condições de milhões de famílias com crianças e adolescentes demandam prevenção no que diz respeito à fome e ao acesso aos direitos fundamentais, principalmente nesse período. São famílias que por não conseguirem seu próprio sustento/renda ficaram em risco tornando-se desafiador a proteção aos seus membros (crianças e adolescentes).

A pandemia revelou que mesmo depois das legislações vigentes muitas crianças e adolescentes continuaram desprotegidas e sofrendo diversas violações. Tais legislações funcionam como aparato de resistência contra qualquer ação de violência contra esses sujeitos. À medida que a pandemia se perdura é possível que as violações de direitos continuem existindo, com isso, é necessário denunciar as violações de direitos aos órgãos competentes e agir em articulação com as políticas públicas para promoção da proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes como responsabilidade do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Casa Civil**. Brasília, DF.1990.

FIOCRUZ. Ministério da Saúde. **COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente**. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF), Rio de Janeiro, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Telma Cristine Sasso; MIOTO, Regina, Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katállys**,

Florianópolis, v.10, p.37-45, 2007.

NETO, Xisto Tiago de Medeiros. O trabalho infantil: fundamentos e desafios para o seu combate. In: MOTA, Fabiana Dantas Soares Alves da; SOBRINHO, Zéu Palmeira. (Orgs.). **Trabalho infantil e pandemia: diagnóstico e estratégias de combate**. Natal: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, 2020, p.07-28.

QUEIROZ, Gabriele Nogueira. Exploração sexual infantil e os riscos da internet: vulnerabilidades acentuadas pela pandemia. In: MOTA, Fabiana Dantas Soares Alves da; SOBRINHO, Zéu Palmeira (Orgs.). **Trabalho infantil e pandemia: diagnóstico e estratégias de combate**. Natal: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, 2020, p.201-225.

RELATÓRIO. **DISQUE DIREITOS HUMANOS**. Brasil: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. 155p.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pobreza na infância e na adolescência**. Brasil, 2018. 20p.

_____.Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Impactos primários e secundários da covid 19 em crianças e adolescentes**. Brasil: IBOPE, Inteligência, 2020. 36p.

_____. Covid-19: Número de crianças vivendo na pobreza pode aumentar em até 86 milhões até o final do ano. **Unicef para cada criança**, 75, Brasil, 28 mai. 2020.

_____. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da covid - 19 na educação**. Brasil: CENPEC, Educação, 2021. 58p.

VIDAL, Angélica Rego; MIRANDA, Brenda Almerinda Araújo. O papel da escola na efetivação dos direitos da criança e do adolescente: perspectivas e impactos da ausência do ambiente escolar durante a pandemia do covid-19. In: MOTA, Fabiana Dantas Soares Alves da; SOBRINHO, Zéu Palmeira. (Orgs.). **Trabalho infantil e pandemia: diagnóstico e estratégias de combate**. Natal: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, 2020, p.122- 141.

XAVIER, Analucia R. et al. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **J Bras Patol Med Lab**, Rio de Janeiro, n.56, p.1-9, jun. 2020.